



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7586 | Salvador, quinta-feira, 06.12.2018

Presidente Augusto Vasconcelos



DESIGUALDADE SOCIAL

Futura gestão da Caixa quer transformar banco em S/A

Página 2

Crise joga milhões na pobreza

PABLO JACOB - AGÊNCIA O GLOBO



O retrato da tristeza e da desumanidade. Extrema pobreza no Brasil cresce e chega a 54,8 milhões em 2017

O governo Temer, desde que usurpou o poder, colocou em prática uma política equivocada e excludente. Com Bolsonaro não deve ser diferente. O resultado das medidas é o aumento de quase 2 milhões de brasileiros em situação de pobreza, em apenas um ano.

Página 4

Bancos abusam da rotatividade para lucrar

Página 3



A Caixa pode virar sociedade anônima. Perda

Equipe escolhida por Bolsonaro quer fatiar os ativos do banco

ILANA PÊPE
imprensa@bancariosbahia.org.br

AGORA mais do que nunca as atenções estão voltadas para a Caixa, único banco 100% público atuante no país. Mas, a gestão



Caixa tem de continuar 100% pública

de Pedro Guimarães promete transformar a instituição em uma Sociedade Anônima (S/A).

A justificativa dada pelo novo governo é que pretende tornar o banco mais eficiente, melhorar a governança e aproximar das práticas de compliance das empresas com ações na bolsa. Na prática, quer dizer que a Caixa, que precisa atender as demandas sociais, pode passar a se enquadrar em um formato que só atenda interesses do mercado.

Temer já havia tentado desestatizar a instituição, mas o ministro Ricardo Lewandowski do STF (Supremo Tribunal Federal) barrou a tentativa.

A estratégia da equipe escolhida por Bolsonaro é fatiar os ativos do banco, vender o balcão de seguros e encontrar um sócio para a área de cartões. A sociedade precisa ficar bastante atenta neste momento. É imprescindível que a Caixa permaneça do jeito que está: pública e socialmente ativa. Só a mobilização dos trabalhadores pode barrar os retrocessos.

Votação do PDC 956 é empurrada para frente

MAIS uma vez, o PDC (Projeto de Decreto Legislativo da Câmara) 956/18, de autoria da deputada federal Erika Kokay, em defesa das autogestões. Por falta de quórum, a sessão da CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara Federal de quarta-feira foi encerrada

sem nenhuma das matérias da pauta serem discutidas.

A previsão é que o PDC 956 entre na pauta na terça-feira. Porém, a probabilidade de votar o projeto ainda nesta legislatura é pequena. A partir do dia 21 o Congresso Nacional entra em recesso e a próxima semana deve ser esvaziada.

Extensão de equacionamento enfim é regulamentada

COM a publicação da Resolução CNPC nº 30, no Diário Oficial da União, foi ampliado o prazo de equacionamento de déficits nos chamados “planos em extinção” dos fundos de pensão. Quer dizer, os que não entram novos participantes, como é o caso do REG/Replan Saldado e do Não Saldado, na Funcef.

As mudanças aprovadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, em 10 de outubro, entram em vigor 1º de janeiro de 2019, sendo facultada a cada fundo de pensão a adoção

imediate das novas regras. Há muito tempo que os trabalhadores reivindicam mudança por parte dos órgãos reguladores, para amenizar os descontos que afetam milhares de participantes.

A regulamentação permite que os fundos de pensão adotem prazos maiores, conforme as condições previstas, ampliando o número de parcelas. O valor mensal das contribuições extraordinárias será reduzido, mesmo que o valor total a ser pago tenha o aumento dos juros referente ao período de ampliação.



Na Funcef, o déficit já chega a R\$ 6,9 bilhões

O DÉFICIT acumulado nos planos da Funcef chega a R\$ 6,9 bilhões, o que equivale a quase 10% do patrimônio administrado pelo fundo de pensão. Só que o desequilíbrio consolidado dos planos cresceu R\$ 384 milhões desde dezembro do ano passado.

Para o período, o resultado da Fundação está abaixo da chamada TMA (Taxa Mínima Atuarial), que considera a meta atuarial (4,5%) e a inflação (INPC). A TMA era de 6,6%

até setembro, mas os planos da Funcef juntos ficaram em 6,42%. O Novo Plano foi único que bateu a meta com 6,61%. Já o REG/Replan Saldado chegou a 5,99%, Não Saldado (6,41%) e REB (6,59%).

A concentração de ativos investidos em renda fixa, geralmente títulos públicos, segue alta. É porque a Funcef mantém R\$ 38 bilhões ou 60,14% de patrimônio em aplicações em títulos do governo. A rentabilidade foi de 7,98% até setembro.

Itaú deve dar respostas à COE hoje

A **EXPECTATIVA** dos funcionários do Itaú é que o banco apresente respostas sobre a proposta de PCR (Programação Complementar de Resultado), na reunião de hoje. O encontro com a COE (Comissão de Organização dos Empregados) será em São Paulo.

Os representantes dos bancários reivindicam que o PCR passe a distribuir 2% do lucro líquido do Itaú aos funcionários. No dia 20 de setembro, o último valor pago a título do benefício foi R\$ 2.662,66 por empregado.

Outro tema que será discutido com o banco é o reajuste do valor da bolsa de estudo concedida pela empresa. Atualmente, 5.500 empregados recebem R\$ 390,00.

Rotatividade eleva ainda mais o lucro

Empresas demitem bancários com os salários maiores

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

A **ROTATIVIDADE** nos bancos colabora para o aumento do lucro. Entre janeiro e outubro, 26.455 bancários foram desligados e 24.881 novos admitidos, um corte de 1.574 postos de trabalho. Mesmo com lucratividade de R\$ 65 bilhões nos primeiros nove meses de 2018, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa demitem ao invés de contratar.

A lógica dos bancos é clara. Colocam para fora quem ganha mais e contrata empregados com salário bem inferior. Se-



Entre janeiro e outubro, 26.455 bancários foram desligados dos bancos

gundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a remuneração dos novos bancários é, em média, 66% do salário de quem saiu. Com alta de 20,4% no lucro em relação ao mesmo período do ano passado, as empresas diminuem os gastos com mão de obra.

Enquanto os cofres enchem, os funcionários sofrem com sobrecarga de trabalho nas agências e adoecem tentando bater metas inalcançáveis. Os clientes também sentem os reflexos no dia a dia e no bolso com a cobrança de juros e tarifas exorbitantes.

Debate reafirma importância dos públicos

ESSENCIAIS para o desenvolvimento do país, os bancos públicos estiveram no centro dos debates do *Diálogos Capitais*, em Salvador. O tema do evento foi *Bancos públicos sob ataque: desafios, riscos e perspectivas*.

Para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, o país criou ao longo dos anos formas institucionais de desenvolvimento porque havia preocupação em se pensar o Brasil. Mas, a arquitetura que hoje se vê está ameaçada pelo desmonte.

Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, falou que já existe uma virada na política dos bancos públicos, distanciando-os do papel social.

Durante o evento, realizado na segunda-feira, o presidente do Sindicato da Bahia, Augusto Vasconcelos, destacou ser fundamental que o movimento sindical persista na luta contra



FOTOS: MANOEL PORTO



Atual e novo governo ameaçam os bancos públicos, defendidos durante debate em Salvador

os ataques do governo às empresas estatais. O secretário geral da Federação da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza, também ressaltou o quanto as iniciativas são positivas para levar para amplos setores da sociedade a

importância de defender as estatais e os bancos públicos.

O senador eleito Jaques Wagner também afirmou não saber prever “o tamanho da crueldade” no novo governo. “Teremos um papel de redução de danos.

Defesa do BB, Caixa e BNB

HOJE será um dia de protestos por todo o Brasil contra as ameaças do governo eleito que quer fragilizar o lado social dos bancos públicos e vender os ativos das empresas. Os sindicatos vão chamar atenção da sociedade com os atos no Dia Nacional em Defesa dos Bancos Públicos.

A desculpa que as estatais dão prejuízo não se justifica. Só a Caixa lucrou R\$ 11,5 bilhões nos nove primeiros meses de 2018, alta de 83,7%, comparado ao mesmo intervalo de 2017. Ainda superou o valor esperado para o ano, de R\$ 9 bilhões. Já o Banco do Brasil obteve lucratividade de R\$ 9,059 bilhões no acumulado do ano até setembro.

A privatização dos bancos públicos atinge em cheio a sociedade. Há a ameaça clara da extinção de programas sociais essenciais para a população.

Pobreza atinge 15,2 milhões no país. Tristeza

Temer jogou mais 1,7 milhão em condições bem degradantes

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A POLÍTICA de austeridade fiscal imposta ao brasileiro muda para pior a vida de milhões de pessoas. Em apenas um ano (de 2016 para 2017), o número de pessoas na extrema pobreza pulou de 13,5 milhões para 15,2 milhões. São mais 1,7 milhão vivendo em condições precárias e desumanas.

Estão incluídos nessa condição aqueles que têm renda inferior a US\$ 1,90 por dia, o que corresponde a R\$ 140,00 por mês. A

pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica crescimento em quase todas as regiões do país, exceto no Norte, onde ficou estável.

Não é só isso. O índice de pessoas na pobreza aumentou para 26,5% no ano passado. Em 2016 estava em 25,7%. De acordo com Banco Mundial, são pessoas com rendimento de até US\$ 5,5 por dia ou R\$ 406,00 por mês. A maior parte (25 milhões) está na região Nordeste.

Cerca de 27 milhões de pessoas viviam em condições precárias, ou seja, sem acesso a coleta de lixo, abastecimento de água, esgotamento sanitário ou ainda em domicílios inapropriados, com mais de três pessoas por cômodo.

SHUTTERSTOCK



Crise brasileira empurrou, só em um ano, 1,7 milhão para extrema pobreza

Centrais debatem as posições absurdas de Bolsonaro

APÓS o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) defender a necessidade de promover mudanças ainda mais cruéis na legislação trabalhista e dizer que é horrível ser patrão no Brasil, as centrais sindicais emitiram nota em que condena a atitude e o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.

As centrais, como a CTB, afir-

mam que “é lamentável que em um país com 13 milhões de desempregados, o presidente eleito faça tal declaração para agradar os empresários que financiaram e apoiaram sua eleição”.

Também condenam o esvaziamento do Ministério do Trabalho, criado em 1930 por Getúlio Vargas. “Vale lembrar que sua função é elaborar

SAQUE

Rogaciano Medeiros

DESMORALIZAÇÃO O pedido de vista do ministro Gilmar Mendes no julgamento do novo *habeas corpus* da defesa de Lula, que questiona a suspeição de Sérgio Moro, juiz que condenou o ex-presidente e agora virou ministro de Bolsonaro, livra temporariamente o STF de mais uma desmoralização em nível internacional. Apesar do absurdo, a tendência é o Supremo Tribunal Federal manter o ex-presidente preso. Melhor dizendo, prisioneiro político.

JUSTIÇA? Como diz a sabedoria popular, não custa nada perguntar. Em que Estado democrático de direito do mundo o juiz que, sem provas, condena e prende o líder das pesquisas eleitorais, possibilita a vitória do segundo colocado e depois assume impunemente o cargo de ministro do governo eleito? Só no Brasil de Temer, Bolsonaro e Moro. Isso não é Justiça.

OLIGÁRQUICO Cresce a cada dia o arrependimento das camadas mais populares que votaram em Bolsonaro. Mais uma vez o presidente eleito toma posição em apoio aos ricos e poderosos, em detrimento do povo. Ele voltou a defender o corte dos últimos direitos que escaparam da reforma trabalhista de Temer e chegou ao absurdo de afirmar que no Brasil “é muito difícil ser patrão”. Pois é, se para os empresários a situação está ruim, imagina para os trabalhadores!

FOCINHO A avaliação é da jornalista Tereza Cruvinel. Ela está convicta de que a PF, sob o comando de Sérgio Moro, duplê de juiz e ministro que se acha o salvador da pátria, vai ganhar “focinho de polícia política”, com a função de perseguir os opositores indesejáveis do governo. “É pela corrupção que se buscará o inimigo interno, criminalizando os adversários políticos mais incômodos”.

RETRATO Os insuspeitos dados do Banco Mundial confirmam o grande mal que o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 causou às camadas mais populares da sociedade. O número de pessoas na faixa de extrema pobreza no Brasil aumentou de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017. Passou de 13,5 milhões para 15,2 milhões. São brasileiros com renda inferior a US\$ 1,90 por dia ou R\$ 140,00 por mês.

uma política de emprego e geração de renda, fiscalizar as relações de trabalho, coibir o trabalho degradante e a programação do trabalho infantil, gerir o seguro desemprego, promover a formação dos trabalhadores e zelar pela segurança e saúde no trabalho”, diz o documento.

Ainda segundo a nota, “o Brasil precisa de um Ministé-

rio do Trabalho forte, parceiro e protagonista na luta pela humanização das relações sociais de produção, contra a recessão e pela retomada do crescimento econômico do país, com respeito aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas da classe trabalhadora, geração de empregos decentes, distribuição de renda e inclusão social”.